



Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL

**Comemoração na Assembleia da República
do
90º Dia Internacional das Cooperativas
18º Dia Internacional das Cooperativas da ONU**

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,
Exmo. Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social,
Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho,
Exmos. Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente da CASES,
Exmo. Senhor Presidente da CONFAGRI,
Exmo. Senhor Dr. Guilherme d'Oliveira Martins,

Exmas. Senhoras e Senhores,

Caras Companheiras e Companheiros Cooperativistas,

Celebrar o Dia Internacional das Cooperativas na Casa da Democracia, neste ano especial, por ter sido proclamado Ano Internacional das Cooperativas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tem um sentido político profundo e que enfatizamos.

As dificuldades, as crises e a luta pela sobrevivência, criam algumas condições para um caldo cultural e práticas de menor valorização dos valores democráticos, da liberdade e do respeito pela pessoa humana, que importa combater e daí o maior valor que atribuímos a esta ação.

O contexto a nível mundial e em particular na União Europeia é o pano de fundo e a justificação para travar as necessárias e indispensáveis políticas de desenvolvimento, nas suas quatro vertentes indissociáveis, económica, social, cultural e ambiental.

Confirmamos o lema do Ano Internacional das Cooperativas ao reconhecer que **“As cooperativas constroem um mundo melhor”** e trabalhamos quotidianamente pelo desenvolvimento que conduza a humanidade para patamares de maior bem-estar, justiça, equidade, felicidade e paz.

Bem sabemos que há milhões de seres humanos sem acesso a água potável, uma simples refeição diária, cuidados médicos, escolas para os seus filhos, **mas o Mundo não é nem fica melhor, nem mais justo**, porque nalguns países da Europa as taxas de desemprego não param de crescer, porque se estão a reduzir salários, precarizar as relações de trabalho, aumentar a taxa de pobreza, as desigualdades sociais e a agravar a distribuição dos rendimentos. Tal como, **contrariamente aos princípios fundadores da União Europeia**, entre os países e as regiões mais ricas e as menos desenvolvidas, se está a agravar o fosso, se dá com frequência provas de falta de solidariedade, se reduz a segurança e se põe em risco a paz.

O movimento cooperativo não olha para estes fenómenos, tendências e políticas, de forma neutra ou acrítica, porque intervém permanentemente de acordo com os seus princípios e valores, procurando que em cada cooperativa se responda às necessidades que levaram à sua criação, mas em harmonia

com a valorização da pessoa como ser social, e, da comunidade como realidade integradora, transformadora e capaz de ser um ator de desenvolvimento.

Em Portugal o movimento cooperativo deu um salto só possível com a liberdade e a democracia que reconquistámos em 1974. Muitas transformaram-se, muitas mais nasceram e cresceram, organizaram-se em uniões para ganhar dimensão e responder a novos desafios económicos, em estruturas federativas e confederativas para terem a devida representação e intervirem no debate legislador e regulador.

Na habitação as cooperativas responderam a necessidades de um alojamento condigno para camadas de baixos rendimentos e em estreita concertação e cooperação com o poder local, promoveram e geriram um parque habitacional de 200.000 alojamentos a custos controlados, desenvolvendo e incentivando a adoção de práticas inovadoras de construção sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental, atingindo 6% da população.

Hoje o desafio é identificar, desenvolver e promover mais eficientemente o enorme potencial do ramo habitacional na geração e promoção de iniciativas para o combate à crise, desenvolvimento e consequente criação de emprego, nomeadamente:

Na promoção/gestão habitacional destinada a arrendamento económico e equipamentos sociais de apoio;

No âmbito da necessária e inadiável implementação de um programa nacional mobilizador de uma estratégia orientada para uma efetiva reabilitação urbana, não apenas na sua dimensão física mas também social, em que as cooperativas, através de uma visão e gestão integrada de diversos ramos, dispõem de experiências e competências próprias para se tornarem instrumentos qualificados e polos agregadores de ações pela educação, cultura e formação profissional, promovendo a criação de mais postos de trabalho cooperativos e gerando emprego sustentável a montante e a jusante;

Através do estudo de implementação de “PPS” (parcerias público sociais, Estado-cooperativas) visando a adoção de adequados mecanismos e instrumentos de gestão do PHP (parque habitacional público) de nível nacional e local, para que se atinja uma maior racionalização no dispêndio de recursos públicos, nesta importante missão social do Estado, podendo estas iniciativas envolver até a constituição de “RÉGIES COOP”, cooperativas de interesse público;

As centenas de **cooperativas de consumidores** foram e ainda são em muitos locais da província o único meio de distribuição de produtos de primeira necessidade, sem as margens especulativas e as campanhas incentivadoras de um consumismo acéfalo, pernicioso à saúde, anti económico e anti ambiental, e pelo contrário organizando as comunidades em torno de atividades culturais, desportivas e educativas, nomeadamente para um consumo saudável e racional.

Mas os grandes grupos da distribuição foram ganhando espaço, no terreno e paralelamente nos corredores do poder central e até local, promovendo legislação favorável, facilidades e acesso a condições de crédito diferenciadas, beneficiando de redes de infraestruturas públicas que em muitos casos parecem “à la carte”. Hoje, em regime de verdadeiro oligopólio, depois de terem arrasado um grande número de cooperativas, o pequeno comércio, com muitos milhares de micros, pequenas e médias empresas encerradas, representando o desaparecimento de centenas de milhares de postos de trabalho, muitos dos quais de verdadeiros empreendedores, mas à data chamavam-se comerciantes, merceiros. Refira-se que os dois maiores grupos já representavam em 2008, 38% da quota de mercado e a crise já os premiou com mais 7 pontos, isto é, em 2012 já detêm 45% do mercado de retalho. Os consumidores perdem, mesmo sem na maioria dos casos terem disso consciência, uma relação de proximidade, de serviço personalizado e de qualidade, mas os produtores nacionais ficam numa

dependência completa sem capacidade de negociar os preços e as condições de pagamento. Promove-se simultaneamente a importação desregulada, afetando a nossa independência e segurança alimentar, aspetos que qualquer país e política deveriam cuidar prioritariamente.

A recuperação das cooperativas de consumidores é pois uma tarefa prioritária e patriótica, porque responde ao verdadeiro interesse dos consumidores, mas também dos produtores nacionais e portanto da verdadeira economia e interesse nacional, sem uso de paraísos fiscais ou esquemas que têm ganho legitimidade e até admiração bacoca.

As **cooperativas de solidariedade social**, que celebrizaram a sigla CERC, as mais humanas e merecedoras do respeito de toda a sociedade, pela missão que desempenham junto de quem é diferente e tem direito a aprender, trabalhar, ser feliz como qualquer outro ser humano, têm hoje as **dificuldades resultantes do constante aumento dos custos, sem a correspondente subida de participações pelo Estado**, problema extensivo às demais IPSS.

Coloca-se contudo uma diferença inaceitável pela nossa parte, que é, **a não participação no processo de consulta e negociação do Acordo Social, pelo que ao Senhor Ministro fica o desafio de quebrar a má prática anterior.**

A todas as cooperativas e demais organizações da Economia Social, **o Código Contributivo em vigor penalizou, ao reduzir progressivamente a diferenciação positiva que existia nas taxas a aplicar**, o que não é tecnicamente fundamentado e muito menos é socialmente justo.

A revogação do Estatuto Fiscal Cooperativo pela Lei do Orçamento de 2012, deu uma última machadada, num processo regressivo e continuado de redução da diferenciação positiva que a Constituição consagra. E o argumento foi o Memorando de Acordo com a *Troika*, que não aceita taxas diferentes de IRC. Mas, não se está já a preparar taxas diferenciadoras, diz-se que nomeadamente para o setor exportador? Ainda aguardamos que alguém nos explique porque não são isentas de IRC as cooperativas de pesca e outras de idêntico valor económico e social.

O Ano Internacional das Cooperativas em Portugal tem sido objeto de um **número significativo de iniciativas que marcam pontos positivos** na ação conjunta da CASES, da CONFAGRI e da CONFECOOP e não ignoramos o apoio do Governo à ação da CASES, cuja Direção integramos.

Mas, como refere a resolução da ONU, espera-se dos governos que estabeleçam **“políticas, leis e regulamentos favoráveis à formação, crescimento e estabilidade das cooperativas”** e que atuem com vista a **“promover a formação e o crescimento das cooperativas”**. Ora, **estes objetivos não mereceram até ao momento a consagração e muito menos os meios adequados às necessidades**. E sabemos das limitações financeiras do Estado Português, mas também sabemos que a aposta nas cooperativas é uma aposta em organizações da economia real, não deslocalizáveis, com responsabilidade social, quer promovendo relações de trabalho digno, quer nas relações com as comunidades em que estão inseridas, quer no respeito pelo ambiente. E, por tudo isto, obtém um efeito de multiplicador de rendimento social, ou seja, uma aposta ganhadora.

A tradição de um **grande consenso político nas iniciativas legislativas estruturantes para a vida das cooperativas**, fruto de um trabalho sério e competente de todos os atores, é revelador da importância e das características deste setor.

Aos Senhores Deputados convidamos a tomar contato mais próximo com a realidade cooperativa portuguesa atual, para que possamos todos beneficiar das suas ações no Órgão Legislativo por excelência que é a Assembleia da República, para o que nos disponibilizamos, pelos meios e formas que considerarem adequadas.

Em nome da CONFECOOP, Confederação Cooperativa Portuguesa, agradecemos a todos os presentes a vossa atenção e disponibilidade.

Jerónimo Teixeira
Presidente Confecoop

Lisboa, 19/julho/2012



A EMPRESA COOPERATIVA CONSTRÓI UM MUNDO MELHOR

